

Empresários denunciam omissão do Congresso

São Paulo — Os deputados federais e os senadores nunca estiveram com o IBOPE tão baixo junto aos empresários paulistas, inconformados com os rumos da agonizante revisão constitucional. Apesar disso, como se acreditasse num Papai Noel extemporâneo, de meio de ano, os empresários ainda acham que até o dia 31 de maio, prazo em que se esgota oficialmente a revisão, os parlamentares votem pelo menos alguns pontos considerados fundamentais, como a reforma tributária, o fim das restrições ao ingresso do capital estrangeiro e a segurança social.

Os empresários só não formam consenso quanto a possíveis retaliações aos gazeteiros do Congresso. O vice-presidente executivo do Conselho Superior de Orientação Política e Social da Fiesp, Ruy Altenfelder, e o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abrám Szajman, acham que isso não resolveria nada. Os dois acusam os parlamentares de não estarem cumprindo suas obrigações constitucionais de promover a revisão da Constituição de 1988. Altenfelder disse que toda a sociedade se movimentou em favor da revisão e lembrou que os empresários fizeram reuniões durante seis meses para elaborar propostas que sequer foram levadas em conta.

Mais que isso, o empresariado montou um grande e caro esquema lobista para passar os pontos de seu maior interesse, mas não conseguiu convencer os parla-

mentares. "Acho que os gastos até que foram insignificantes. O problema é que os políticos falam uma coisa e fazem outra. Davam solidariedade às nossas propostas, mas não votaram nada", reclama Altenfelder. Agora, a principal esperança da Fiesp repousa num parecer do jurista Miguel Reale, de que o artigo 3 das Disposições

Transitórias da Constituição determinou o início da revisão para outubro do ano passado, mas não estabeleceu o seu fim. Assim, ela poderá ser retomada em 1995.

Em nome do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que também se mo-

bilizou pela revisão, o coordenador Emerson Kapaz criticou os parlamentares, mas acrescentou responsabilidade ao governo, "que não teve o mesmo empenho demonstrado na aprovação do Fundo Social de Emergência. E a gente sabe que muitos congressistas só votam sob orientação e pressão do Executivo". Na opinião dele, os empresários ficarão mais resistentes a qualquer pedido de ajuda dos políticos para as campanhas eleitorais deste ano, "embora haja aqueles fisiológicos que costumam financiar candidaturas visando obter vantagens futuras".

Haverá mais resistência a pedidos de ajuda para as campanhas eleitorais